

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
03 de dezembro de 2018 - Nº 647 - www.sindipetrocaxias.org.br



VOTAÇÃO DA CESSÃO ONEROSA É NOVAMENTE

ADIADA

Após intensas mobilizações no Senado Federal, a Brigada Petroleira da FUP conquistou no dia 29 mais uma vitória: o adiamento da votação do PLC 78, da Cessão Onerosa. Assim como nas semanas anteriores, os petroleiros intensificaram a atuação junto aos Senadores, governadores e prefeitos, mostrando os prejuízos que a aprovação da proposta implicará para estados e municípios.

O adiamento é resultado da incansável mobilização dos petroleiros, que tem demonstrado em números os prejuízos que a entrega do pré-sal às petrolíferas estrangeiras trará para os brasileiros.

Na semana anterior, o PLC da

cessão onerosa recebeu cerca de 15 emendas de Plenário. Dentre elas, uma de autoria do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), para

revogação a venda dos 70%A de excedentes da Cessão Onerosa, que é o cerne do projeto.



CONSELHO DELIBERATIVO DA FUP AVALIARÁ PROPOSTA DE NOVO REGRAMENTO DA PLR

A Petrobrás apresentou na sexta-feira (30) para a Federação Única dos Petroleiros sua proposta de regramento da PLR, que será avaliada pelo Conselho Deliberativo da FUP na próxima terça-feira (4), no Rio de Janeiro. O DIEESE também fará uma análise econômica, que será apresentada à diretoria dos sindicatos no mesmo dia.

Leia na página do Sindicato (sindipetrocaxias.org.br) a carta enviada pela Petrobrás, que sequer está em forma de minuta. O Acordo de PLR é bilateral, entre empresa e sindicatos, sendo assim, o regramento exigirá luta e mobilização para que nenhum trabalhador perca o fruto das conquistas dos petroleiros.

Além disso, a semana segue com reuniões diárias com a gerência de Recursos Humanos da empresa:

- 05/12 – 9hs – Regime de trabalho e Acompanhamento do ACT;
- 05/12 – 14hs – AMS;
- 06/12 – 9hs – Terceirização;
- 06/12 – 14hs - SMS;
- 07/12 – 9hs – Anistia.

GERÊNCIA DA UTE/GLB EMPURRA ACIDENTE PARA DEBAIXO DO TAPETE

No dia 21, às 20h, a bateria de arranque do gerador de emergência a diesel explodiu quando um operador da UTE-GLB estava realizando um teste no equipamento.

Os estilhaços da bateria voaram a uma distância de 5 metros do gerador, quebrando a prancheta que o operador estava usando. Por sorte, o trabalhador não se feriu gravemente.

A gerência escondeu este e outros acidentes que não foram comunicados ao Sindicato. Além disso, também

não foram realizadas as investigações necessárias.

Desta maneira, a Usina permanece com seus indicadores ótimos perante seus superiores, ao estilo “para inglês ver”.

Diante disto, a direção do Sindipetro Caxias solicitou formalmente à gerência da UTE-GLB que se explique sobre este descaso e crie uma investigação do acidente juntamente com a CIPA, para que os trabalhadores possam ter um ambiente seguro dentro da fábrica.



CIPA REDUC 2018-2019

Nesta segunda-feira os trabalhadores eleitos para a CIPA/REDUC irão tomar posse da gestão 2018-2019.

Com a participação de 63,15% dos trabalhadores, o resultado

foi apurado no dia 02 de outubro. A direção do Sindipetro Caxias parabeniza ainda todos petroleiros eleitos, que terão pela frente muita luta em prol de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos.

E principalmente aos eleitos apoiados pelo Sindipetro Caxias como as companheiras Ana Regina, Andressa Delbons, Conceição Aparecida e o companheiro Alex Barcelos.

Novo andamento da RMNR não altera a suspensão dos processos

Na última semana foi divulgado que a ação da RMNR voltou a andar. O que está ocorrendo na realidade é apenas o andamento do processo de Incidente de Recurso Repetitivo- IRR.

Vamos lembrar: o TST julgou o IRR em julho/2017, procedente aos Trabalhadores. Após a audiência, o judiciário entrou em recesso e a Petrobrás, durante este recesso, apresentou uma Medida Cautelar alegando que o futuro recurso terá natureza constitucional. Assim, o Presidente Interino Ministro Dias Toffoli

decidiu o pedido suspendendo a aplicação da decisão do IRR e o andamento de todas as ações que tratassem sobre RMNR.

Após o recurso de vários trabalhadores e entidades, o Relator Ministro Alexandre de Moraes indeferiu o pedido dos trabalhadores e ampliou a suspensão da RMNR para alcançar também as ações rescisórias bem como as em fase de execução.

Assim sendo, o TST talvez por engano, parou de tramitar também o IRR. Contudo, a partir do momento em que houve essa suspensão, isto é, essa parada de andamento do IRR,

como poderia a Petrobrás protocolar o famoso Recurso Extraordinário, para o STF? Não teria como ter o protocolo com o processo parado.

Então, logo após perceber tal equívoco, o TST determinou o andamento do IRR.

Em que fase estamos: o TST vai julgar no dia 17 de Dezembro os embargos declaratórios da Petrobrás e da União.

Após a publicação desta decisão, que somente ocorrerá a partir de fevereiro, a Petrobrás terá 15 dias úteis para protocolar o Recurso Extraordinário para o STF.

Trabalhador morre em acidente em plataforma na Bacia de Campos

Sandro Ferreira da Silva, 43 anos, prestava serviços para a Petrobrás na plataforma PNA-2, na Bacia de Campos, e morreu enquanto realizava manutenção em um guindaste, dia 25. Ele foi esmagado pelo equipamento. Funcionário da empresa RIP Kaeter, o petroleiro já é o

quarto a morrer este ano em acidentes de trabalho nas unidades do Sistema Petrobrás. Todas as vítimas eram trabalhadores terceirizados. A FUP e seus sindicatos vêm constantemente denunciando a insegurança crônica na empresa, que aumentou após a implantação do sistema de

consequências, cujo objetivo é punir os trabalhadores, transferindo para eles a responsabilidade pelos erros da gestão. Os dirigentes sindicais têm questionado os efeitos perversos dessa política, que incentiva a subnotificação de ocorrências, potencializando os riscos de

acidentes, principalmente entre os terceirizados. Para todos os demais trabalhadores, segue o alerta constante para que utilizem o Direito de Recusa ao trabalho que não garanta a segurança necessária (Item 11.9 do Anexo 2 da Nr 30). [FUP]

TRABALHADORES TÉCNICOS VALORIZADOS COM CONSELHO PRÓPRIO

Começou no dia 1º de dezembro a eleição para a nova direção do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado do Rio de Janeiro. O Sindipetro Caxias tem o orgulho de dizer que está desde o início desta batalha apoiando os companheiros da CHAPA 1 – Conselho Forte, Técnicos Valorizados.

A inscrição da chapa no dia 30/11, representou a vitória da democracia contra o golpe que estava acontecendo sem

que os trabalhadores técnicos soubessem. A outra chapa estava tentando instaurar o CRT-RJ sem que houvesse uma eleição democrática que realmente expressasse uma representatividade escolhida pelos trabalhadores.

Por estes motivos, desde o início, a direção do Sindipetro Caxias apoia a candidatura da CHAPA 1, formada por técnicos de diversas formações e que melhor irá representar a categoria frente a um Conselho forte

que valoriza o trabalhador. A eleição será realizada no dia 09 de janeiro. Para saber como votar, entre em contato com o diretor Paulo Cardoso pelo telefone 21 99293-6576.

A criação do Conselho Regional dos Técnicos é uma exigência da Lei 13.639/2018, aprovada em fevereiro, que criou o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas.



QUARTA
05/12
19h

Local:
Sinttel Rio
R.Moraes e Silva,
94 - Maracanã

TÉCNICO,
COMPAREÇA!

EVENTO DE
LANÇAMENTO
DA CHAPA

1



CONSELHO
FORTE
TÉCNICOS VALORIZADOS

Petroleiros recebem homenagem na Câmara Municipal de Caxias

No dia 30, o presidente do Sindipetro Caxias, Paulo Cardoso, participou da solenidade na Câmara Municipal de Duque de Caxias onde recebeu a Moção de Aplausos “por seu apoio ativo no projeto Cipa nas escolas e na criação do Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas”. O Sindipetro Caxias trabalha em parceria com o companheiro Orlandino dos Santos que foi o realizador do projeto Cipa nas escolas e trabalha todos os dias por melhores condições

de trabalho e segurança nas entidades de ensino. A direção do Sindicato acredita que a educação é a base para construção de um país melhor para os trabalhadores brasileiros. Também participaram da solenidade Alexandre Gioia da Cipa/REDUC e o companheiro Genóbre da ASTAPE.



DESCASO DA PETROBRÁS COM CAMPOS MADUROS FAZ POPULAÇÃO BRASILEIRA PERDER

A Petrobrás informou nessa quarta-feira, 28 de novembro de 2018, que assinou com a petroleira anglo-francesa Perenco, contratos para a cessão da participação total nos campos de Pargo, Carapeba e Vermelho, o chamado Polo Nordeste, localizados na Bacia de Campos, em águas rasas na costa do estado do Rio de Janeiro. Na mesma ocasião, anunciou o acordo com a 3R Petroleum para a cessão da participação total em 34 campos de produção terrestre na Bacia Potiguar.

O anúncio (teaser) pela Petrobrás dessa venda da totalidade de seus direitos de exploração, desenvolvimento e produção nesse conjunto de campos foi feita em 28 de julho de 2017. A venda dos campos de Pargo, Carapeba e Vermelho representa mais uma etapa da política de privatização da Petrobras que se iniciou com a gestão do Governo Temer em 2016.

O campo de Pargo foi descoberto em 1975 e os campos de Carapeba e Vermelho em 1982 e sua produção inicia-se em 1988, momento em que a Petrobrás exercia o monopólio na exploração de petróleo no país.

Em 1998, na chamada Rodada Zero, essas concessões foram outorgadas à Petrobras, quando passou a operar no regime de concessão. O sistema de produção desses campos é integrado e consiste em sete

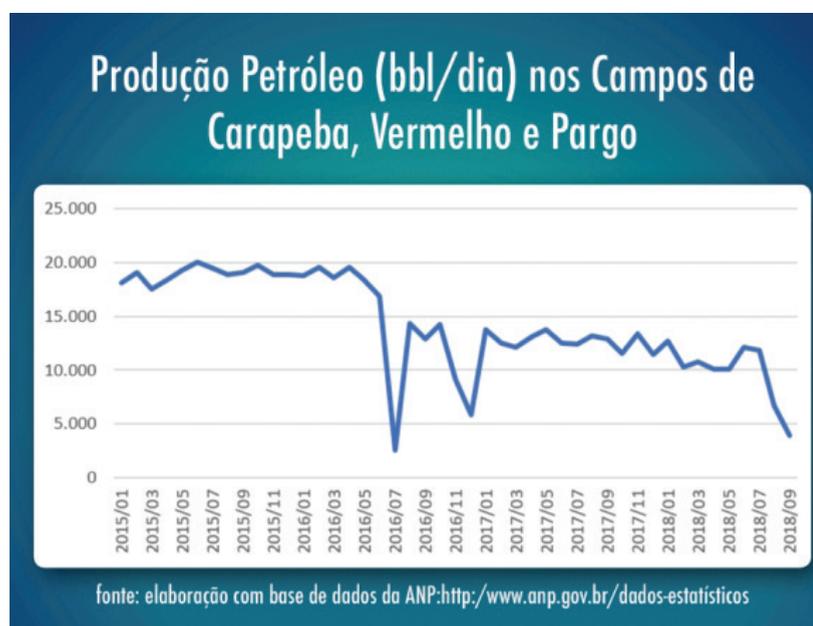
plataformas do tipo jaqueta fixa, que é exportada através da plataforma de Garoupa (PGP1), seguindo através de oleoduto para o continente até o terminal de Cabiúnas.

As sete plataformas em operação nesses campos possuem diretamente nas suas operações cerca de 280 funcionários da Petrobrás. Assim, a primeira preocupação está no destino destes trabalhadores, irão para outras unidades da Petrobrás ou continuarão trabalhando nestas unidades em regime de contrato?

Além disso, estes três campos foram vendidos no valor de US\$ 370 milhões (cerca de R\$ 1,4 bilhões). Apesar do valor aparentemente alto, se torna irrisório se comparado com o potencial dos três campos. Segundo estimativas com base em dados fornecidos pela ANP, as reservas atuais (outubro de 2018) dos campos de Pargo, Carapeba e Vermelho são de 1,5 bilhões de barris de petróleo e 6,7 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

Para se ter uma ideia da magnitude dos recursos que ainda serão gerados nestes campos, se considerarmos o preço do barril em outubro de 2018, equivaleriam a R\$ 441 bilhões. Montante 440 vezes maior que o arrecadado pela Petrobrás com a venda e obviamente, valores que justificam o interesse da empresa europeia.

Chama atenção ainda que o descaso da Petrobrás



com os campos maduros da Bacia de Campos não se deve apenas a essa privatização, como se fosse um fato isolado, pois há tempos vem diminuindo investimentos na região, tanto em relação a redução do número de trabalhadores, quanto com a manutenção de máquinas-equipamentos e com os investimentos secundários nos campos. Por serem campos maduros, sua produção depende desses investimentos, que possibilitam a manutenção da produção.

Quando acompanhamos a produção destes 3 campos somados, de 2015 a meados de 2016, esteve na média de 19 mil barris por dia. A partir de julho de 2016, após implantação das novas políticas pelo então presidente da empresa, Pedro Parente, a produção dos três campos diminuiu de forma drástica, caindo para cerca de 11 mil barris por dia. Considerando os preços do barril de petróleo nos seus respectivos meses

de extração e uma produção constante de 18 mil barris, o valor não produzido pela Petrobrás, nesses três campos, em pouco mais de dois anos, foi de R\$ 1,18 bilhões, muito próximo do valor que conseguiu vendendo os campos. Esta é mais uma demonstração dos efeitos perversos para a Petrobrás (e, como empresa estatal, para o povo brasileiro) da decisão equivocada de reduzir investimentos na Bacia de Campos, assim como a venda de ativos da empresa.

A privatização dos campos maduros brasileiros para as empresas estrangeiras, apenas representa o triste desfecho de uma política de descaso e entrega do patrimônio público do país, trazendo muitas perdas materiais e incertezas quanto a capacidade produtiva. Infelizmente as políticas executadas pelo próximo governo parece irem no mesmo sentido, de recolocar o Brasil na sua trajetória de subdesenvolvimento. [FUP]